



DEMOCRACIA EM ANGOLA APÓS A GUERRA CIVIL (1975-2022)

Fidel Cambundo Sanuca ¹
Antonio Roberto Xavier ²

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo central contextualizar de forma sucinta os desafios e avanços da Democracia em Angola após a Guerra Civil de Independência (1975-2022). Esse trabalho tem como objetivo discutir a situação da democracia e seus fenômenos durante o período pós independência em Angola. Para realização deste estudo usou-se o método procedimental do estudo de caso bibliográfico de revisão de literatura. Isto permitiu se perceber que a fragilidade democrática em Angola leva a consequências do tipo: falta de transparência, justiça eleitoral, alternância no poder, credibilidade nas instituições públicas tem levado o medo à população angolana que tem suas liberdades individuais e coletivas ameaçadas constantemente. Por conseguinte, entende-se que estes contrastes existentes no processo político em Angola, acaba trazendo um retrocesso para a construção de uma democracia sustentável e um estado democrático de direitos com a participação inclusiva, onde todos se sintam compromissados com o futuro e o bem-estar de toda população angolana.

Palavras-chave: Angola; Democracia; Guerra Civil; Partidos Políticos.

UNILAB, Palmares, Discente, sanucafidel@gmail.com¹
UNILAB, Palmares, Docente, roberto@unilab.edu.br²



INTRODUÇÃO

Partimos do pressuposto de que a democracia é o regime político adotado como o mais apropriado para a convivência humana e pelo qual os seres humanos possam ser livres, buscarem a igualdade social, a fraternidade, cultivando o respeito mútuo e praticando a cidadania ao participarem das decisões políticas visando o bem na e para toda a sociedade. Robert Dahl, em seu livro “Sobre a Democracia”, entende que a democracia é a tomada de decisão para o benefício e do interesse do bem comum, como forma de resolução pacífica que englobaria todos os demais cidadãos, proporcionando a participação efetiva, especialmente; igualdade de voto, aquisição de entendimento esclarecido, exercício do controle definitivo do planejamento da política e inclusão dos adultos (Dahl, 2001).

Esse tema tem uma grande relevância uma vez que procura contextualizar como se deu o processo político da Democracia em Angola, reforçando assim aos cidadãos angolanos a pautarem por uma cultura política democrática que esteja baseado no princípio de liberdade, cooperação, unidade nacional e coesão social diante das diferenças ideológicas ou partidárias, tal como é plasmado no art. 1º da Constituição da República de Angola, qual seja: “Angola é uma República soberana e independente, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade do povo angolano, que tem como objetivo fundamental a construção de uma sociedade livre, justa, democrática, solidária, de paz, igualdade e progresso social” (Angola, 2010).

METODOLOGIA

Para realização desse estudo empregou-se como método procedimental o estudo de caso bibliográfico com uma abordagem qualitativa quanto ao problema. A técnica de coleta de dados teve como base a revisão de literatura em fontes secundárias que permitiu coleccionar os recursos informativos e didáticos de outros estudiosos sobre essa temática em análise. As pesquisas foram utilizadas a partir de fontes em sites eletrônicas artigos de periódicos científicos, tese de doutorado e livros, fontes indispensáveis para a construção deste estudo que empregou a técnica de análise de conteúdo levando em consideração o contexto sociohistórico e político presentes no objeto estudado (Gil, 2010).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974, ato liderado pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), foi o movimento que derrubou o regime ditatorial do Estado Novo, criado por Antônio Salazar em 1933. O movimento visava estabelecer liberdades democráticas, com o intuito de promover transformações sociais no país. O país foi vítima de um processo de colonização e dominação europeia desde 1482, que terminou com a descolonização protagonizada por três movimentos de libertação: MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola). Em 11 de Novembro de 1975, foi proclamada a sua independência, deixando de ser uma província ultramarina portuguesa e passou a ser um Estado-Nação (Gaspar, 2021, p. 2).

Segundo Patrício Batsikama (2019), para compreender a história de Angola é preciso entender três grandes momentos: (1) A independência de 1975, que representou o surgimento de Angola como uma República; (2) em 1992, que representou uma ruptura de um Estado em Angola; e (3) 2002 em diante, marcado por um longo período da implementação de um Estado de Direito de forma ininterrupta.



Dez meses antes das eleições de 2022, a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) conseguiu organizar uma frente de oposição mais ampla, numa tentativa de maximizar a possibilidade de uma mudança política: a Frente Patriótica Unida (FPU). 10 Incluía a UNITA, o Bloco Democrático (BD), o projeto político PRA-JA Servir Angola PRA-JA (Partido Republicano da Juventude de Angola), mais membros da sociedade civil angolana (académicos, jovens ativistas da sociedade civil ligados ao ativismo de rua e virtual e alguns homens de negócios). Liderado por Filomeno Vieira Lopes, o BD tinha feito parte da CASA-CE (Convergência Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral) em 2017, enquanto o PRA-JA é um projeto político (não reconhecido como partido político) liderado pelo fundador da CASA-CE, em 2012, mas que o mesmo abandonou em 2019, o ex quadro da UNITA, Abel Epalanga Chivukuvuku (Bye et al., 2022, p. 13).

O anúncio oficial da CNE sobre os resultados eleitorais veio cinco dias após a data da votação e confirmou que o MPLA continuaria a governar o país, mas com uma queda absolutamente drástica na sua margem maioritária: o MPLA venceu 51,17% nas urnas, contra 43,95% para a UNITA. Em comparação com eleições anteriores, a descida na maioria do MPLA foi impressionante: a percentagem maioritária caiu de 82 em 2008, para 72 em 2012, para 61 em 2017, e agora para uma maioria muito pequena de 51 Uma Declaração oficial da UNITA, a 29 de Agosto, deixou claro que a UNITA rejeitou os resultados eleitorais tal como divulgados pela CNE, apelando ao órgão de gestão eleitoral "a não se furtar a comparar os protocolos eleitorais detidos pelos partidos". Este apelo nunca foi atendido. A queixa apresentada ao Tribunal Constitucional, a única instituição de recurso, relativamente aos resultados eleitorais, também foi rejeitada. A CNE alegou que as cópias apresentadas pela UNITA eram falsas e recusou-se a fazer a comparação, uma decisão apoiada pelo Tribunal Constitucional. (Bye et al., 2022, p. 31-32).

MUDEI (é um Movimento Cívico, não partidário, constituído com o objetivo de organizar a educação cívica dos eleitores). Após as eleições, o MUDEI recolheu atas sumárias de todo o país para realizar uma contagem paralela dos votos por si só, com base no trabalho de cidadãos voluntários. No entanto, o movimento não tinha a estrutura para contar todos os protocolos, de forma atempada. Contou um total de 430.000 votos válidos, em comparação com os cerca de 6,3 milhões de votos válidos contados pela CNE. Nesta base, o MUDEI concluiu que as eleições presidenciais tinham terminado com um sorteio técnico: 48% para cada um dos dois candidatos principais - embora com uma pequena maioria de votos populares para o candidato da UNITA - e 115 de maioria parlamentar para o MPLA contra 101 para a UNITA (Bye et al., 2022, p. 32).

Os observadores da SADC (Comunidade Para O Desenvolvimento Da África Austral) consideraram que a CNE angolana pecou pelo não cumprimento da lei e pela falta de transparência. Um exemplo foi o anúncio parcial dos resultados eleitorais na noite das eleições (com contagem de 30%), sem indicar a origem dos votos e a distribuição dos candidatos eleitos por província, como previsto na lei. (Bye et al., 2022, p. 33).

As eleições gerais angolanas de 2017 e 2022 podem ser consideradas como as eleições de expectativas insatisfatórias. Em 2017, as expectativas foram causadas pelo facto de, após 38 anos, o país ter registado, pela primeira vez, um candidato presidencial do MPLA que não era José Eduardo dos Santos, que governou Angola durante 38 anos (1979 - 2017).

CONCLUSÕES

Por fim, este trabalho demonstrou que a conhecer a historia sobre a democracia é fundamental, na medida em que podemos estabelecer harmonia para as futuras gerações, no respeito pela liberdades individuais, baseado no respeito e na convivência mesmo na diferença, sem que haja violações ou desrespeito da pessoa humana. A democracia é a tomada de decisões para o beneficio de todos ou comum.

Assim, como as eleições deve ser um modo, pela qual, o povo tem o direito de eleger quem irá o representa



durante um período de cinco anos, isso fará com que se possa gerar uma cultura política e conscientizada sem medo de repressão de um ou outro partido, e deve ser a forma pela qual as instituições devam trabalhar de maneira mais transparente possível sem favorecer um em detrimento de quais quer recompensas. Isto dará credibilidade ao eleitor e as organizações regionais bem como as organizações internacionais, gerando assim, mais confiança nos processos democráticos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a Deus pelo folego da vida e por me permitir sonhar sempre alto e ir atrás dos meus sonhos. De igual modo, a minha família que tem sido um grande suporte para a minha formação, mesmo de forma virtual não para de me incentivar a estudar e a produzir conhecimento para contribuir e servir a sociedade. Agradeço também a UNILAB pelo acolhimento e por me permitir ter acesso a uma educação maravilhosa. E também, a organização da semana universitária que me proporciona esta oportunidade de partilhar conhecimento diante da estimada comunidade acadêmica. Por último e não menos importante, o meu grande Professor e estimado orientador Antônio Roberto Xavier que me ajudou na produção deste resumo com orientações, ensinamentos e sugestões sobre essa importante temática para o meu país(Angola).

REFERÊNCIAS

- ANGOLA. Constituição da República de Angola, 2010.
- AMUNDSEN, Inge. Partidos políticos em Angola: na tendência africana. Angola Brief, 2011.
- BYE, Vergard; PROTOCOLO, Carlos; INGLES, Paulo; DOMINGO, Nelson. A POLÍTICA DAS ELEIÇÕES GERAIS DE 2022 EM ANGOLA. Instituto Piaget.2022.
- DA SILVA, Antônio Carlos Matias. Angola: história, luta de libertação, independência, guerra civil e suas consequências. NEARI em Revista, v. 4, n. 5, 2018.
- DOS SANTOS, Onofre. O SISTEMA POLÍTICO DE ANGOLA (1992 A 2012).
- DAHL, Robert A. Sobre a democracia. São Paulo: Editora UNB, 2001.
- GASPAR, Joaquim Silva João. Democracia em Angola: o processo de democratização angolana (2002-2020). 2021. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras (IHL) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Campus dos Malês, Bahia, Brasil. Disponível em: <https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:e94ed69d-90fe-45cf-b9c4-7bd95c74905a> Acesso em: 09 out. 2024.
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.